



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Comissão Própria de Avaliação- CPA
Campus Formoso do Araguaia

1º RELATÓRIO PARCIAL LOCAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANO 2025, ANO-BASE 2024

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA CAMPUS FORMOSO DO ARAGUAIA

APRESENTAÇÃO

Este relatório de autoavaliação institucional atende à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação Nacional da Educação Superior – SINAES, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e também ao Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de maio de 2006, que dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, assim como atende à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Neste relatório, também foram consideradas as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES/MEC, tendo como objetivo central estabelecer dados e informações para reunir proposições que possibilitem o aumento da eficiência acadêmica por meio da melhoria constante da qualidade do ensino, da pesquisa e da Extensão, da assistência estudantil, assim como da própria gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. A elaboração deste relatório local de autoavaliação institucional segue as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 9 de outubro de 2014, que estabelece o roteiro para a elaboração de relatórios de autoavaliação institucional, e tem como objetivo descrever as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito do IFTO e, principalmente, apresentar uma autoavaliação crítica, propositiva e independente que possa apontar direcionamentos de ações na Instituição, propiciando o aprimoramento desta. Este é o 1º Relatório Parcial Local referente ao triênio 2025 a 2027 (ano- base 2024-2026), e apresenta o resultado da Autoavaliação local do IFTO, *Campus Formoso do Araguaia* que teve como base o ano de 2024. Ele foi elaborado a partir da aplicação de questionários respondidos pelos servidores do quadro Técnico-administrativo em Educação, Docentes e Discentes dos cursos de ensino superior presencial e Docentes, Tutores e Discentes dos cursos superiores ofertados à distância pelo Centro de Referência em Educação à Distância (CREAD) e Universidade Aberta do Brasil (UAB) e comunidade externa, no período de 2024.

A Autoavaliação Institucional é realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do IFTO em parceria com as subcomissões de cada Campus, composta por membros representantes dos segmentos Docentes, Técnico-administrativos em Educação, Discentes e da sociedade civil organizada que são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e redação deste relatório, o qual é disponibilizado à comunidade interna e externa, à Reitoria e ao Ministério da Educação.

BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*,

especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O IFTO atua em todo o Estado do Tocantins, oferecendo educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Tem como compromisso manter a oferta de pelo menos 50% de vagas para o ensino Técnico de Nível Médio e oferta de pelo menos 20% das vagas para os cursos de Licenciatura e de formação de professores, conforme disposto na Lei de nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os cursos superiores de Tecnologia e de Bacharelado representam 30% das vagas a serem ofertadas, podendo ainda serem oferecidos cursos *Lato* e *Stricto sensu*. Além dos cursos na modalidade presencial, o IFTO vem implantando cursos na modalidade Educação a Distância. Com a sua atuação em todas as regiões do Tocantins, o IFTO vem gerando melhoria de vida para os tocaninenses, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico para todo o Estado.

A Missão e Visão Institucional são dispostas em seu Estatuto, conforme segue:

Missão do IFTO

“Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.”

Visão do IFTO

“Ser referência no ensino, pesquisa e Extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável”.

O IFTO conta, atualmente, com onze unidades educacionais presenciais, sendo: *Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, *Campus Avançado Lagoa da Confusão*, *Campus Avançado Pedro Afonso*, *Campus Colinas do Tocantins*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins*, *Campus Porto Nacional*. Conta ainda, com uma unidade administrativa, sendo a Reitoria do IFTO, situada na capital do estado, Palmas-TO, e com o Centro de Referência em Educação a Distância (Cread), além de Polos de Apoio à Educação a Distância.

O *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, do IFTO, localizado na Região Geográfica Imediata de Gurupi. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a área territorial total do município é de 13.564,432 km². O *campus* oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas técnicas de Agricultura e de Informática, além do desenvolvimento de vários cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e Extensão. A escolha dos cursos ofertados levou em consideração os arranjos socioprodutivos locais (ASPLs), principalmente no que diz respeito à agricultura e às demandas que ela gera na área tecnológica. Atualmente, o curso de Agricultura conta com 99 alunos matriculados, enquanto o de Informática tem 82. Além disso, o *campus* oferece uma Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências e Matemática, na modalidade semipresencial, mas não houve oferta no ano de 2024.

A unidade foi criada na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2011-2014. O seu funcionamento foi autorizado pela Portaria MEC nº 27, de 21 de janeiro de 2015. Inicialmente, operou em uma sede provisória no centro de Formoso do Araguaia. Em 2016, transferiu-se para a sede localizada na Rua do Açude, s/n, Centro, próximo ao Lago Municipal. Em 2023, o terreno de 33.900 m² e a estrutura predial onde funciona o *Campus Formoso do Araguaia*, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), foram oficialmente cedidos à instituição. A formalização ocorreu em 22 de setembro, durante sessão extraordinária da Câmara dos Vereadores do município, que aprovou por unanimidade a doação. Essa conquista, almejada há tempos, contou com amplo apoio popular e permitiu a unidade ampliar suas ofertas educacionais e investir em melhorias estruturais. No ano de 2025, ocorreu a alteração da tipologia dos *Campi* Avançados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme estabelecido pela Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025, o que resultou na reclassificação institucional da unidade. Com essa mudança normativa, o então *Campus Avançado* passou à condição de *Campus Formoso do Araguaia*, consolidando sua estrutura institucional e ampliando seu papel no desenvolvimento educacional, científico e tecnológico da região.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes envolvidos em todo o processo. Assim ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a

contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a Instituição constrói, aos poucos, uma Cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social (SINAES, 2004). No processo de avaliação das instituições, está incluída a avaliação interna ou autoavaliação, que tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (SINAES, 2004). Por meio da identificação das fragilidades e das potencialidades da Instituição, nas dez Dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004, esta autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão, pois contém um relatório abrangente com análises, críticas e sugestões para a melhoria da qualidade do ensino. Considerando que a avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual se constrói o conhecimento sobre sua própria realidade, este relatório permite conhecer a compreensão da comunidade interna quanto aos significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, as informações coletadas com Docentes, técnicos administrativos, Tutores e Discentes foram sistematizadas e analisadas coletivamente, identificando pontos necessários de melhorias, bem como pontos fortes e potencialidades, para estabelecer estratégias de superação de problemas.

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, cada Instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação – CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. A CPA do IFTO conta, na sua composição, com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade do IFTO e, também, da sociedade civil organizada. As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização foram objeto de regulamentação própria aprovada pelo Conselho Superior, órgão colegiado máximo da Instituição. Neste sentido, a avaliação institucional tem sido realizada anualmente pela CPA em parceria com as subcomissões de cada *Campus*, que em sua composição possuem membros representantes dos segmentos docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil e que são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e redação deste relatório, o qual é disponibilizado à comunidade toda a comunidade interna e externa, à Reitoria e ao Ministério da Educação. Os atuais representantes da CPA do IFTO *Campus* Formoso do Araguaia foram nomeados pela Portaria nº 2679528/2025. Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes da participação e interesse da comunidade interna, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa. Nesse processo, buscou-se a sensibilização da comunidade interna na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões e palestras. Os Eixos e Dimensões consideradas neste processo de autoavaliação institucional foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º, compreendendo o Eixo 3 e as Dimensões 2, 4 e 9:

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar as atividades de ensino, pesquisa e Extensão desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, com base nos dados e análises produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

* Descrever a percepção da comunidade interna em relação à autoavaliação institucional do IFTO;

* Analisar as informações coletadas identificando as potencialidades e os aspectos que requerem melhorias da Instituição e dos cursos;

- * Conferir publicidade às informações coletadas e analisadas pela CPA;
- * Oferecer sugestões à Gestão dos Campi e Reitoria de forma a subsidiar as tomadas de decisões para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da Extensão.

3. METODOLOGIA

3.1. AMOSTRA E DIVULGAÇÃO

A amostra da pesquisa foi constituída a partir dos quadros de Docentes, Técnicos Administrativos em Educação (TAE), Discentes e Tutores em efetivo exercício no ano de 2024 ou efetivamente cursando em 2024 os cursos presenciais e a Distância de Graduação e Pós-graduação do IFTO e a comunidade externa, conforme apresentadas na Tabela 1, que responderam aos questionários disponibilizados no período de novembro a dezembro de 2024. Em relação à divulgação, a Diretoria de Comunicação do IFTO publicou matérias informando acerca dos prazos e reforçando a importância da autoavaliação. Foram enviados e-mails e realizadas publicações nas mídias e redes sociais da Instituição, conforme segue alguns exemplos de notícias: <https://www.ifto.edu.br/noticias/comunidade-e-convidada-a-avaliar-o-ifto> e <https://www.ifto.edu.br/noticias/prorrogado-prazo-de-resposta-aos-questionarios-de-avaliacao-do-ifto>

Localmente, em cada unidade, as comissões locais divulgaram cartazes e informes e realizaram a sensibilização dos servidores e alunos. Além disto, a CPA também encaminhou a todos os servidores e discentes, por meio do sistema acadêmico (SUAP), notificações alertando-os do prazo e da importância de sua participação. A síntese da população e da amostra da nossa pesquisa envolvendo todos os segmentos podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1: Quantitativo de Entrevistados no ano de 2024, *Campus Formoso do Araguaia*

Cursos de Graduação e Pós-graduação Presenciais e à Distância	
Comunidade	
Discentes (população)	Não houve oferta de ensino superior presencial e/ou à distância no ano de Pesquisa
Docentes (população)	Não houve oferta de ensino superior presencial e/ou à distância no ano de Pesquisa
TAE (população)*	9
TAE (amostra)*	4
Comunidade externa (amostra)**	1

*Técnicos Administrativos em Educação (TAE). Mesma população e amostra para todos os cursos. ** Valor total do número de respondentes externos que responderam aos questionários de autoavaliação do IFTO.

3.2. A TÉCNICA

Nesta pesquisa recorreremos à técnica do inquérito, utilizando para tanto o instrumento denominado como questionário. Visando ao sigilo necessário à pesquisa científica, não foi solicitada aos participantes a identificação nominal. Para este ciclo avaliativo a CPA utilizou-se de duas técnicas para analisar as informações colhidas na Avaliação Institucional. A primeira técnica, também utilizada para preparação dos questionários, foi a análise dos resultados através da escala tipo Likert. Desta forma, pode-se ressaltar os estudos que permeiam a elaboração de instrumentos de coleta de dados, como a ordem das questões, a sua formulação e a disposição no questionário, contribuem no processo de reflexão acerca das questões metodológicas, que são uma demanda constante na Gestão Estratégica das IES. Os conceitos utilizados no questionário foram associados com os conceitos das avaliações externas do INEP/MEC, adotando-se assim a apresentação de tabelas com a síntese da avaliação desse instrumento, por meio do cálculo das notas médias dos conceitos atribuídos pela comunidade acadêmica à dimensão avaliada para os campi presenciais e EaD.

O Índice de Satisfação – IS foi medido através da adoção de margens para atuações em três estágios de tempos, a saber:

Tabela 2. Conceitos utilizados: Índice de Satisfação – IS (escala tipo Likert) e conceitos das avaliações externas do INEP/MEC.

As alternativas de respostas foram organizadas numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondem a: 0 (zero) – Não sei ou não se aplica; 1 (um) – Muito ruim; 2 (dois) – Ruim; 3 (três) – Razoável; 4 (quatro) – Bom e 5 (cinco) – Muito Bom.
Plano de Ação Imediato: Quando o IS estiver no intervalo de $1 \leq IS \leq 2.9$;
Plano de Ação Médio Prazo: Quando o IS estiver no intervalo de $3 \leq IS \leq 3.9$;
Plano de Ação Longo Prazo: Quando o IS estiver no intervalo de $4 \leq IS \leq 4.9$.

Os votos registrados "não se aplicam" e "não se aplica" não pontuaram no cálculo das notas dos indicadores e médias dos conceitos. Por fim, calculou-se a média da nota de cada indicador, fazendo uso dos percentuais como a ponderação para o cálculo. Essa metodologia foi utilizada no cálculo das médias dos indicadores de todas as dimensões avaliadas. Vale destacar que todos os questionários possuíam uma questão aberta na qual os avaliadores (respondentes) podem se expressar livremente. Essas questões são reunidas e apresentadas no relatório como apêndice, organizadas por dimensão avaliada, constando a expressão da comunidade para todos os segmentos participantes da avaliação.

4. DESENVOLVIMENTO: APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Esta seção objetiva apresentar os dados e as informações pertinentes a cada Eixo/Dimensão, de acordo com o PDI, a identidade institucional e o Projeto de Autoavaliação Institucional, se tratando do 1º Relatório Parcial do Triênio 2025-2027, ano-base 2024. Assim, cada seção está organizada de acordo os Eixos/Dimensões conforme disposto no art. 3º da Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES, na Nota Técnica nº 65/2014, conforme segue:

4.1. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS, DIMENSÃO 2: POLÍTICAS PARA O ENSINO

4.2. CURSOS PRESENCIAIS

4.3. Técnicos Administrativos em Educação dos Cursos Presenciais

Tabela 3: Conceitos atribuídos ao indicador da Dimensão 2: Políticas para o Ensino pelos TAEs dos cursos presenciais.

Perguntas	Respostas	Conceito Contínuo	Conceito Geral
Participação de técnicos administrativos nas atividades acadêmicas (planejamento e participação nas atividades dos cursos e do Campus, capacitação, palestras,	3 4 3	3,3	3

grupos de trabalho e discussão, entre outros):	0		
Processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs):	4 3 0 3	3,3	3
Interação de técnicos administrativos na execução das aulas práticas:	3 0 0 0	3	3
Nota Geral da Dimensão para cada curso:	----	3,2	3

Na tabela 3 é possível observar os conceitos atribuídos pelos Técnicos Administrativos em Educação dos Cursos Presenciais sobre a Dimensão 2: Políticas para o Ensino – Eixo III (Políticas Acadêmicas). Os conceitos foram correlacionados com os conceitos das avaliações externas do INEP/MEC, sendo 0 atribuído para “não sei ou não se aplica”; 1 para “muito ruim”; 2 para “ruim”; 3 para “razoável”, 4 para “bom” e 5 para “excelente”.

Os Técnicos Administrativos em Educação dos Cursos Presenciais avaliaram como razoável a Dimensão 2: Políticas para o Ensino no Eixo 3: Políticas Acadêmicas, com foco no Processo de Ensino e Aprendizagem. Os aspectos avaliados foram: a participação dos TAEs nas atividades acadêmicas, o processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e a interação dos TAEs nas aulas práticas.

A participação nas atividades acadêmicas obteve uma média no conceito contínuo de (3,3), indicando uma avaliação razoável, com variações entre 3 e 4 e algumas pontuações de 0, o que sugere que há espaço para aumentar o envolvimento em determinados cursos ou áreas. O processo de construção e atualização dos PPCs também obteve uma média de (3,3), com respostas variando entre 0 e 4, sugerindo que, em alguns casos, a participação dos TAEs é limitada e poderia ser mais abrangente. Por fim, a interação nas aulas práticas teve a menor média, (3), com algumas respostas 0, apontando que, embora a interação seja razoável, há oportunidades para um maior envolvimento nas atividades práticas. A nota do conceito geral da Dimensão 2 foi (3), refletindo uma avaliação adequada. A maioria das respostas indicou uma avaliação razoável, e as pontuações de 0, embora menos frequentes, indicam áreas com potencial para aprimoramento.

Esses resultados mostram que, embora o envolvimento dos TAEs nas políticas acadêmicas tenha avançado, ainda há oportunidades de melhoria, especialmente na participação nas atividades práticas e na construção dos PPCs, que podem ser mais integradas ao processo acadêmico para promover um maior engajamento.

4.4. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS, DIMENSÃO 2: POLÍTICAS PARA A PESQUISA

4.5. Tabela 4: Conceitos atribuídos ao indicador da Dimensão 2: Políticas para a Pesquisa pelos TAEs dos cursos presenciais.

Perguntas	Respostas	Conceito Contínuo	Conceito Geral
Contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento	4	3,6	4

socioeconômico local e do entorno da sua unidade:	3 0 4		
Inserção de técnicos administrativos nas políticas e práticas de pesquisa:	3 2 0 0	2,5	2
Nota Geral da Dimensão para cada curso:	----	3,05	3

A avaliação realizada pelos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) dos Cursos Presenciais sobre a Dimensão 2: Políticas para a Pesquisa no Eixo 3: Políticas Acadêmicas foi composta por duas questões principais.

Na primeira, que tratava da contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno da unidade, as respostas apresentaram uma média de (3,6). Os conceitos variaram entre 0 e 4, sendo que a maioria das respostas se concentraram em 3 e 4, indicando que, de maneira geral, os TAEs consideram os projetos de pesquisa como positivos para o desenvolvimento local, embora algumas respostas de 0 indiquem que, em alguns casos, essa contribuição pode não ser claramente percebida ou reconhecida.

Na segunda pergunta, sobre a inserção dos técnicos administrativos nas políticas e práticas de pesquisa, a média foi de (2,5), com respostas variando entre 0 e 3. Essa média sugere que, embora haja alguma percepção de participação, o envolvimento dos TAEs nas políticas e práticas de pesquisa ainda é considerado limitado, com algumas respostas apontando para a ausência de participação efetiva (notas 0), o que pode refletir a necessidade de mais integração e visibilidade para os técnicos administrativos nesse contexto.

A nota do conceito geral da Dimensão 2 foi (3), refletindo uma avaliação mista, com aspectos positivos nas contribuições dos projetos de pesquisa, mas também apontando para lacunas significativas na participação dos TAEs nas políticas de pesquisa. Esses dados indicam que, embora existam avanços no reconhecimento da contribuição das pesquisas, ainda há oportunidades de melhoria na inclusão dos técnicos administrativos nas práticas de pesquisa.

4.6 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS, DIMENSÃO 2: POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

4.7 Tabela 5: Conceitos atribuídos ao indicador da Dimensão 2: Políticas para a Extensão pelos TAEs dos cursos presenciais.

Perguntas	Respostas	Conceito Contínuo	Conceito Geral
Contribuição das atividades de extensão e cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno da sua unidade:	3 3 0	3,3	3

	4		
Participação de técnicos administrativos nas atividades de extensão e cultura da Instituição:	3 3 0 0	3	3
Nota Geral da Dimensão para cada curso:	----	3,1	3

Os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) atribuíram avaliações sobre a Dimensão 2: Políticas para a Extensão dentro do Eixo 3: Políticas Acadêmicas, conforme os dados da Tabela 5. Essas avaliações refletem o impacto e a participação das atividades de extensão e cultura na instituição, bem como o envolvimento dos próprios TAEs nessas atividades.

Em relação à contribuição das atividades de extensão e cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno da unidade, os TAEs atribuíram uma média de (3,3). Esse valor indica que, de maneira geral, as atividades são percebidas como adequadas e com um impacto positivo no desenvolvimento local, embora haja espaço para melhorias. Quanto à participação dos TAEs nas atividades de extensão e cultura, a média foi de (3), o que sugere que os técnicos têm uma participação satisfatória, mas que poderia ser mais ativa e engajada em determinados aspectos.

A nota do conceito geral da Dimensão para os cursos presenciais foi (3), refletindo uma avaliação global positiva, porém sem a atribuição de notas mais altas. Essa média reforça a percepção de que as políticas de extensão na instituição são adequadas, mas que há margem para um maior envolvimento e aprimoramento das práticas.

Portanto, as avaliações apontam que as políticas de extensão são vistas de forma satisfatória, com a contribuição e participação dos TAEs avaliadas de maneira positiva, mas com a necessidade de ajustes e aprimoramentos para fortalecer ainda mais os resultados dessas atividades, tanto para a instituição quanto para a comunidade local.

4.8 DIMENSÃO 4: COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

4.9 Tabela 6: Conceitos atribuídos ao indicador da Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade pelos TAEs dos cursos presenciais.

Perguntas	Respostas	Conceito Contínuo	Conceito Geral
Imagem que o IFTO tem perante a sociedade:	5 3 5 5	4,5	5
Comunicação do IFTO com a sociedade:	4 3 4 5	4	4

Comunicação do IFTO com a comunidade interna:	4 1 5 5	3,75	4
Serviços de Ouvidoria:	4 0 3 0	3,5	4
A sua atualização e acesso às informações do IFTO (visualização do portal Institucional, leitura de notícias, e-mail institucional, editais de fomento, redes sociais, eventos, entre outros)?	4 3 4 4	3,75	4
O sistema de Gestão acadêmica (SUAP):	4 0 5 4	4,3	4
Nota Geral da Dimensão para cada curso:	----	3,9	4

A Tabela 6 apresenta a avaliação de diversos quesitos relacionados à percepção da comunidade quanto a imagem e aos serviços do IFTO. A seguir, analisa-se cada item com base nas notas atribuídas:

Imagem que o IFTO tem perante a sociedade: O conceito contínuo (4,5) reflete uma percepção extremamente positiva da sociedade em relação ao IFTO. Isso indica que uma instituição possui forte reconhecimento público, seja pela qualidade do ensino, ações sociais ou sua presença institucional. Este resultado demonstra que a imagem institucional é um dos principais ativos do IFTO e deve ser preservada e fortalecida.

Comunicação do IFTO com a sociedade: A avaliação refletida no conceito (4) é boa, sinalizando que a instituição mantém uma comunicação eficaz com o público externo. Contudo, o fato de não ter atingido a nota máxima sugere que há espaço para pequenas melhorias, como maior presença em mídias sociais, campanhas informativas ou ações de divulgação de atividades institucionais.

Comunicação do IFTO com a comunidade interna: O conceito (3,75) também é positiva, indicando que os fluxos de comunicação interna estão bem estabelecidos. No entanto, pode haver lacunas em alguns canais ou na frequência e clareza das informações compartilhadas com servidores e estudantes, que poderiam ser otimizadas.

Serviços de Ouvidoria: A ouvidoria é percebida como eficiente e acessível. O conceito (3,5) mostra que as demandas são, em geral, atendidas de forma satisfatória, mas

pode haver oportunidades para agilizar respostas, aumentar a visibilidade dos canais de atendimento ou promover mais feedback aos usuários.

A sua atualização e acesso às informações do IFTO (visualização do portal Institucional, leitura de notícias, e-mail institucional, editais de fomento, redes sociais, eventos, entre outros): Este quesito envolve transparência e facilidade de acesso a dados institucionais. O conceito (3,75) indica que o IFTO cumpre bem esse papel, porém é possível aprimorar a periodicidade das atualizações, a navegabilidade dos sites ou plataformas, e a acessibilidade das informações.

O sistema de Gestão acadêmica (SUAP): O SUAP é avaliado como funcional e atende bem às necessidades dos usuários como destaca o conceito (4,3). No entanto, melhorias na usabilidade, estabilidade do sistema ou inclusão de novas funcionalidades podem especificar a diferença para a nota máxima.

A avaliação da Tabela 6 é bastante positiva, com destaque para a excelente imagem pública do IFTO. As demais notas demonstram bom desempenho institucional, com potencial de evolução. Pequenos ajustes em comunicação, serviços e tecnologia podem elevar ainda mais a qualidade percebida pela comunidade interna e externa.

5.0 DIMENSÃO 9: POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Tabela 7: Conceitos atribuídos ao indicador da Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes pelos TAEs dos cursos presenciais.

Perguntas	Respostas	Conceito Contínuo	Conceito Geral
Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes:	4 4 5 5	4,5	5
Acompanhamento de egressos e a continuidade da sua relação com a Instituição:	4 0 3 4	3,6	4
Atendimento aos estudantes que possuem necessidades educacionais específicas:	4 0 0 5	4,5	5
Apoio a estudantes em situação econômica vulnerável por meio do Programa de Assistência Estudantil:	4 4 5 5	4,5	5

Ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas:	4		
	0		
	5	4,6	5
	5		
Nota Geral da Dimensão para cada curso:		4,34	4,8

A tabela 7, referente a Dimensão 9: Política de Atendimento aos discentes – Eixo 5, representa os conceitos de Política de Atendimento aos discentes pelos TAEs dos cursos presenciais.

Os resultados demonstram que a instituição possui políticas eficazes em diversas áreas, mas também apontam para desafios que merecem atenção. Na primeira pergunta: políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, o conceito contínuo (4,5) indica que a instituição possui mecanismos formais bem estruturados para ingresso e permanência discente, alinhados às diretrizes do PNE. No entanto, a limitação de respondentes (apenas 4) sugere que, na prática, podem existir barreiras não mensuradas, como dificuldades de adaptação ou falta de apoio personalizado. A política parece eficaz no papel, mas carece de indicadores qualitativos que avaliem sua real efetividade junto a diferentes perfis de estudantes, como cotistas, alunos de baixa renda ou oriundos de escolas públicas. Na segunda pergunta: acompanhamento de egressos e a continuidade da sua relação com a instituição, este é o item mais frágil, com respostas inconsistentes (0 e 3) e conceito (3,6). A falta de padronização no acompanhamento revela uma falha acentuada, já que o vínculo com egressos é essencial para ajustar currículos e mensurar o impacto social da instituição. A resposta "0" pode indicar setores onde esse acompanhamento sequer existe ou o desconhecimento desse setor por parte dos alunos, enquanto o "3" aponta para processos incipientes ou pouco eficazes. Políticas robustas, como bancos de dados atualizáveis e parcerias com o mercado de trabalho, são urgentes. Já na terceira pergunta: atendimento aos estudantes que possuem necessidades educacionais específicas, a contradição entre o conceito (4,5) e as respostas "0" é alarmante. Se, por um lado, a instituição é reconhecida por suas políticas inclusivas, por outro, a falta de registros sugere subnotificação ou desconhecimento dos próprios TAEs sobre as ações existentes. Isso pode indicar que os serviços não estão sendo devidamente divulgados ou acessados, especialmente por estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades específicas. Um protocolo de identificação ativa e capacitação continuada são passos necessários. O conceito (4,5), apoio a estudantes em vulnerabilidade econômica, com respostas consistentes (entre 4 e 5), mostra que a instituição tem programas consolidados de assistência estudantil. No entanto, a ausência de notas máximas individuais levanta questões sobre a suficiência dos benefícios oferecidos (bolsas, auxílios) frente ao custo de vida real dos alunos. Além disso, é preciso avaliar se a distribuição é equitativa entre cursos e *campi*, ou se há concentração em determinadas áreas. A expansão para benefícios complementares (moradia, alimentação) e acompanhamento pós-concessão poderia fortalecer ainda mais essa política. E na última pergunta: acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas, a disparidade entre as respostas (0 e 5) reflete uma implementação desigual entre os cursos. Enquanto alguns setores podem ter programas exemplares de nivelamento ou estímulo a talentos, outros parecem negligenciar completamente essa demanda. A falta de identificação precoce e de flexibilização curricular são obstáculos comuns. A criação de um núcleo especializado, com avaliações diagnósticas regulares e planos de desenvolvimento individualizados, seria um avanço significativo.

Por fim, os dados revelam uma instituição com políticas discentes formalmente bem avaliadas, mas com lacunas importantes na operacionalização, monitoramento e equidade. A excelência nos conceitos gerais contrasta com inconsistências na coleta de dados e na aplicação prática das ações. Para transformar essas políticas em resultados concretos, é essencial investir em sistemas integrados de gestão, formação continuada dos atores envolvidos e mecanismos de avaliação contínua que considerem a diversidade do corpo discente.

6.0 COMUNIDADE EXTERNA

6.1 Tabela 8: Conceitos atribuídos ao indicador da Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade pela Comunidade Externa.

Perguntas	Respostas	Conceito Contínuo	Conceito Geral
Relacionamento do Instituto Federal do Tocantins com a comunidade externa:	5	5	5
Imagem do IFTO perante a comunidade externa:	5	5	5
Canais de comunicação do IFTO, como site institucional, perfil no Instagram, canal no YouTube, página no Facebook ou outro:	5	5	5
O atendimento recebido no IFTO:	5	5	5
Nota Geral da Dimensão para cada curso:	----	5	5

A avaliação da Comunidade Externa sobre a Dimensão 4, Comunicação com a Sociedade, mostra uma percepção positiva em relação ao IFTO. A Tabela 8 apresenta as seguintes pontuações: para o relacionamento do IFTO com a comunidade externa, foi atribuída conceito (5), indicando um vínculo eficaz e satisfatório. A imagem do IFTO perante a comunidade externa também recebeu conceito (5), refletindo uma visão positiva e respeitosa da instituição. Os canais de comunicação, como o site e redes sociais, foram igualmente avaliados com conceito (5), o que demonstra reconhecimento da eficácia na comunicação digital. O atendimento recebido no IFTO também obteve conceito (5), sugerindo que a instituição atende às expectativas externas de forma satisfatória.

Por fim, a nota do conceito geral da Dimensão para cada curso também foi (5), evidenciando uma alta avaliação da qualidade acadêmica oferecida pelo IFTO. Esses resultados indicam um alto nível de satisfação da comunidade externa com as ações de comunicação e atendimento do IFTO. A pontuação máxima em todas as áreas avaliadas sugere que a instituição tem alcançado sucesso em suas interações com a sociedade. No entanto, é importante ressaltar que esses dados se referem a uma única resposta, o que limita a representatividade da análise. Uma amostra maior poderia fornecer uma visão mais abrangente sobre o desempenho do IFTO nesse aspecto.

7. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A análise dos dados apresentados neste relatório de autoavaliação institucional, referente ao ano-base 2024 e ao primeiro relatório parcial do triênio 2025–2027, possibilita identificar avanços e desafios relacionados às políticas acadêmicas, à comunicação institucional e ao atendimento aos discentes no IFTO e no *Campus* Formoso do Araguaia. Esses resultados subsidiam o planejamento institucional e a definição de ações de melhoria, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025–2029).

No Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, os resultados indicam avaliação predominantemente razoável quanto à participação dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) nas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Na Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, o conceito contínuo (3,3) demonstra que a participação desses servidores nas atividades acadêmicas, na atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e nas aulas práticas ocorre de forma razoavelmente satisfatória, porém ainda com potencial de ampliação. Esse resultado evidencia a necessidade de fortalecer a integração entre os diferentes atores institucionais no processo formativo, conforme previsto nas diretrizes institucionais do PDI voltadas ao fortalecimento das práticas pedagógicas (IFTO, 2025, p. 131).

No âmbito das Políticas de Pesquisa, os dados indicam percepção positiva quanto à contribuição dos projetos para o desenvolvimento socioeconômico local (conceito contínuo 3,6), evidenciando impacto relevante das atividades científicas no território.

Entretanto, a participação dos TAEs nas práticas de pesquisa apresentou conceito contínuo (2,5), indicando a necessidade de ampliar a inserção desses servidores nas ações institucionais de pesquisa. Esse resultado aponta para a importância de fortalecer estratégias que promovam maior integração dos técnicos administrativos nas atividades científicas, em consonância com as diretrizes institucionais que reconhecem a pesquisa como elemento estratégico para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento regional, bem como para o estímulo à participação de estudantes e servidores em programas, projetos e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFTO e em parceria com instituições públicas e privadas (IFTO, 2025, p. 134–135).

Em relação às Políticas de Extensão, o conceito contínuo (3,1) demonstra avaliação positiva das ações extensionistas e de sua contribuição para o desenvolvimento local. Entretanto, os dados indicam potencial para ampliar o envolvimento dos TAEs nessas atividades, buscando promover a implementação de programas institucionais de extensão, voltados à participação de estudantes, servidores e comunidade externa, conforme previsto nas diretrizes da política de extensão do IFTO (2025, p. 138–139).

Na Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade, os resultados indicam desempenho institucional positivo, com conceito contínuo geral (3,9) entre os TAEs. Destaca-se a avaliação da imagem institucional do IFTO perante a sociedade (conceito contínuo 4,5), além da percepção favorável quanto aos canais de comunicação institucional, ao sistema acadêmico (SUAP) e aos serviços de ouvidoria. Esses resultados evidenciam avanços no fortalecimento da comunicação institucional, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Comunicação do IFTO (2025, p. 173-174).

A Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes apresentou avaliação bastante positiva, com conceito contínuo (4,34) e conceito geral (4,8) próximo a excelente. Os resultados indicam a consolidação das políticas de acesso, permanência e assistência estudantil, bem como ações de acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou com necessidades educacionais específicas. Essas ações estão alinhadas às diretrizes institucionais voltadas ao acesso, permanência e êxito estudantil e políticas de assuntos estudantis (IFTO, 2025, p. 139-158).

Quanto à percepção da comunidade externa, os resultados indicam avaliação extremamente positiva, com conceito máximo (5) em todos os itens da dimensão Comunicação com a Sociedade. Esses dados evidenciam elevado grau de satisfação em relação à imagem institucional, aos canais de comunicação e ao atendimento prestado. Todavia, há necessidade de ampliar a participação da comunidade externa nos processos avaliativos institucionais, uma vez que a amostra do número de respondentes foi baixa.

De modo geral, os resultados evidenciam avanços no fortalecimento das políticas acadêmicas, na comunicação institucional e no atendimento aos estudantes, em consonância com as metas institucionais estabelecidas no PDI. Por outro lado, persistem desafios, especialmente relacionados à ampliação da participação dos TAEs nas atividades acadêmicas, à maior integração desses servidores nas políticas de pesquisa e extensão e ao fortalecimento da participação da comunidade externa nos processos de avaliação institucional, além do acompanhamento de egressos, conforme previsto na política institucional de egressos do IFTO (2025, p. 167–168).

Assim, a análise dos dados contribui para o diagnóstico institucional e para o planejamento de ações voltadas ao aprimoramento das políticas institucionais e ao fortalecimento do papel do IFTO - *Campus Formoso do Araguaia* no desenvolvimento educacional e social de sua região de atuação.

8. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Plano de Ações com base na análise das potencialidades e fragilidades identificadas através do Relatório de Autoavaliação Local CPA *Campus Formoso do Araguaia* ano 2025, Ano-base 2024, referente ao **Eixo 3: Dimensão 2, 4 e 9: Em relação às Políticas Acadêmicas Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, na modalidade semipresencial**. Como também, às recomendações do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Avaliações Externas:**

Plano de Ações - Relatório CPA local: *Campus Formoso do Araguaia*

Ano-base: 2024

Eixo 3: Dimensão 2, 4 e 9: Em relação à Políticas Acadêmicas**Curso:** Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências e Matemática (Semipresencial)

Meta: - Ampliar a participação dos TAEs nas atividades acadêmicas dos cursos e do campus	Ação/Ações: - Realizar diagnóstico participativo sobre o papel dos TAEs nas atividades acadêmicas	Responsável (is): - Gerência de Ensino e CPA Local	Prazo (Ações de curto, médio ou longo prazo): - 4 meses
	- Estimular a participação dos TAEs em ações formativas (cursos, oficinas, palestras acadêmicas)		Contínuo
- Integrar os TAEs ao processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs)	- Promover oficinas para capacitação sobre estrutura e elaboração de PPCs voltadas aos TAEs	- Gerência de Ensino e CPA Local	- 5 meses
- Reforçar a atuação dos TAEs no apoio às aulas práticas	- Mapear setores e servidores com potencial de apoio a atividades práticas (laboratórios, oficinas, etc.)	- Gerência de Ensino	- 4 meses
- Ampliar a inserção dos TAEs nas políticas e práticas de pesquisa	- Mapear competências e áreas de interesse dos TAEs para atuação em pesquisa	- Setor de Pesquisa e CPA Local	- 4 meses
	- Promover capacitações e oficinas voltadas à pesquisa		- 4 meses
	- Avaliação contínua da percepção dos TAEs quanto à sua participação em pesquisa		- Permanente
- Reforçar e evidenciar a contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local	- Promover eventos científicos voltados à comunidade externa	- Setor de Pesquisa e Comunicação	- 6 meses
- Ampliar o impacto das atividades de extensão e cultura no	- Mapear e priorizar demandas locais e regionais para	- Setor de Extensão e Comunicação	- 4 meses

desenvolvimento socioeconômico local	orientar projetos de extensão		
	- Ampliar parcerias com organizações comunitárias, prefeituras e empresas locais		- Contínuo
	- Divulgar os resultados e impactos das ações de extensão nos meios institucionais e regionais		- A cada 6 meses
- Aumentar a participação efetiva dos TAEs nas atividades de extensão e cultura	- Identificar áreas e projetos com potencial de envolvimento dos TAEs nas ações de extensão	- Setor de Extensão	- 4 meses
	- Realizar oficinas de formação e sensibilização para os TAEs sobre o papel da extensão		- 6 meses
- Ampliar a efetividade das políticas de acesso, seleção e permanência discente	- Avaliar a efetividade dos programas de permanência (monitorias, tutoria, nivelamento) com recorte por perfil socioeconômico	- Comissão de Permanência e Êxito e CPA Local	- 6 meses
- Estruturar e institucionalizar a política de acompanhamento de egressos	- Aplicar pesquisa de acompanhamento de egressos anualmente	- Comissão de Permanência e Êxito e CPA Local	- Anual
- Fortalecer o atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas	- Oferecer capacitações regulares aos TAEs e docentes sobre inclusão e acessibilidade	- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	- A cada 6 meses
- Consolidar e manter o alto nível de satisfação da comunidade externa com o IFTO	- Realizar pesquisa de satisfação anual com ampla divulgação e participação da comunidade externa	- Comunicação	- Anual
- Ampliar e qualificar a participação da comunidade externa nas ações institucionais	- Promover ao menos dois eventos anuais voltados ao público externo (feiras, seminários, oficinas)	- Direção Geral e Setor de Extensão	- A partir de 6 meses
- Ampliar a representatividade da comunidade externa nas	- Ampliar a divulgação das avaliações institucionais nos	- CPA Local; TI e Comunicação	- 3 meses antes de cada ciclo avaliativo

avaliações institucionais	canais externos (rádio, redes, parceiros locais)		
	- Utilizar formulários acessíveis e multiplataforma para facilitar a participação		
	- Incluir perguntas abertas nos instrumentos avaliativos para captar sugestões qualitativas		- Próximo ciclo de avaliação - Imediato

Após a conclusão de todas as etapas previstas, o relatório final será apresentado à comunidade local, destacando-se os planos de ação definidos em conjunto pelos Gestores, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) local e pela própria comunidade. Caberá à CPA acompanhar de forma contínua a implementação dessas ações, garantindo que todas as fases do processo sejam devidamente registradas e evidenciadas. As melhorias propostas devem ser monitoradas desde sua concepção até a efetiva execução, assegurando transparência e compromisso com os resultados. Finalizada a execução das ações, a CPA deverá apresentar à comunidade um relatório de devolutiva, demonstrando de forma clara e objetiva as melhorias implementadas e os avanços alcançados.

POLYANNI DALLARA DANTAS OLIVEIRA
Representante Docente/CPA Formoso do Araguaia



Documento assinado eletronicamente por **Polyanni Dallara Dantas Oliveira, Presidente**, em 16/03/2026, às 23:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3111093** e o código CRC **CCFD1086**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria

PLANO DE AÇÕES - CPA

Plano de Ações com base na análise das potencialidades e fragilidades identificadas através do Relatório de Autoavaliação Local CPA *Campus* Formoso do Araguaia ano 2025, Ano-base 2024, referente ao **Eixo 3: Dimensão 2, 4 e 9: Em relação à Políticas Acadêmicas Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, na modalidade semipresencial**. Como também, às recomendações do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** e **Avaliações Externas**.

Plano de Ações- Relatório CPA local 2025 Ano-base 2024 Eixo 3: Dimensão 2, 4 e 9: Em relação à Políticas Acadêmicas Curso: Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Ensino de Ciências e Matemática (Semipresencial)			
Meta	Ação/Ações	Responsável (is)	Prazo (Ações de curto, médio ou longo prazo)
- Ampliar a participação dos TAEs nas atividades acadêmicas dos cursos e do campus	- Realizar diagnóstico participativo sobre o papel dos TAEs nas atividades acadêmicas	- Gerência de Ensino e CPA Local	- 4 meses
	- Estimular a participação dos TAEs em ações formativas (cursos, oficinas, palestras acadêmicas)		- Contínuo
- Integrar os TAEs ao processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs)	- Promover oficinas para capacitação sobre estrutura e elaboração de PPCs voltadas aos TAEs	- Gerência de Ensino e CPA Local	- 5 meses
- Reforçar a atuação dos TAEs no apoio às aulas práticas	- Mapear competências e áreas de interesse dos TAEs para atuação em pesquisa	- Setor de Pesquisa e CPA Local	- 4 meses
	- Promover capacitações e oficinas voltadas à pesquisa		- 4 meses
	- Avaliação contínua da percepção dos TAEs quanto à sua participação em pesquisa		- Permanente
- Reforçar e evidenciar a contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local	- Promover eventos científicos voltados à comunidade externa	- Setor de Pesquisa e Comunicação	- 6 meses

- Ampliar o impacto das atividades de extensão e cultura no desenvolvimento socioeconômico local	- Mapear e priorizar demandas locais e regionais para orientar projetos de extensão	- Setor de Extensão e Comunicação	- 4 meses
	- Ampliar parcerias com organizações comunitárias, prefeituras e empresas locais		- Contínuo
	- Divulgar os resultados e impactos das ações de extensão nos meios institucionais e regionais		- A cada 6 meses
- Aumentar a participação efetiva dos TAEs nas atividades de extensão e cultura	- Identificar áreas e projetos com potencial de envolvimento dos TAEs nas ações de extensão	- Setor de Extensão	- 4 meses
	- Realizar oficinas de formação e sensibilização para os TAEs sobre o papel da extensão		- 6 meses
- Ampliar a efetividade das políticas de acesso, seleção e permanência discente	- Avaliar a efetividade dos programas de permanência (monitorias, tutoria, nivelamento) com recorte por perfil socioeconômico	- Comissão de Permanência e Êxito e CPA Local	- 6 meses
- Estruturar e institucionalizar a política de acompanhamento de egressos	- Aplicar pesquisa de acompanhamento de egressos anualmente	- Comissão de Permanência e Êxito e CPA Local	- Anual
- Fortalecer o atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas	- Oferecer capacitações regulares aos TAEs e docentes sobre inclusão e acessibilidade	- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	- A cada 6 meses
- Consolidar e manter o alto nível de satisfação da comunidade externa com o IFTO	- Realizar pesquisa de satisfação anual com ampla divulgação e participação da comunidade externa	- Comunicação	- Anual
- Ampliar e qualificar a participação da comunidade externa nas ações institucionais	- Promover ao menos dois eventos anuais voltados ao público externo (feiras, seminários, oficinas)	- Direção Geral e Setor de Extensão	- A partir de 6 meses
- Ampliar a representatividade da comunidade externa nas avaliações institucionais	- Ampliar a divulgação das avaliações institucionais nos canais externos (rádio, redes, parceiros locais)	- CPA Local; TI e Comunicação	- 3 meses antes de cada ciclo avaliativo
	- Utilizar formulários acessíveis e multiplataforma para facilitar a participação		- Próximo ciclo de avaliação
	- Incluir perguntas abertas nos instrumentos avaliativos para captar sugestões qualitativas		- Imediato

Formoso do Araguaia, 18 de julho de 2025.

POLYANNI DALLARA DANTAS OLIVEIRA
Presidente da CPA Local do Campus Formoso do Araguaia



Documento assinado eletronicamente por **Polyanni Dallara Dantas Oliveira, Presidente**, em 18/07/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Castanheira Borges de Oliveira, Coordenador**, em 31/07/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Acuncao Barreto, Responsável Técnico (a)**, em 24/08/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2843190** e o código CRC **FD0478B7**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor
Sul — CEP 77020-450
Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.ifto.edu.br — reitoria@ifto.edu.br